A INCLUSÃO ESCOLAR E O PROFESSOR

DIOGO DE SANTANA MARINOTTO

RESUMO

O propósito deste texto é prover esclarecimentos sobre a integração acadêmica e a prática pedagógica. Com o intuito de edificar uma sociedade abrangente, é fundamental reconhecer a variedade como um fator benéfico que enriquece os procedimentos educativos, assegurando equidade de oportunidades através da construção de meios seguros, democráticos e justos. Para tal feito, é essencial que a prática docente estimule posturas positivas em relação à incorporação. A educação inclusiva emergiu nos anos 80, proveniente da iniciativa de mães de famílias cujos filhos possuíam deficiências, assim como dos próprios indivíduos nessa circunstância, com a finalidade de extinguir a concepção de que a educação especial era a única maneira de suprir as necessidades desses estudantes. O movimento defendeu a inclusão desse grupo no sistema educacional comum. Esse processo foi denominado como integração escolar, unindo a educação especial e a regular para disponibilizar serviços e recursos educacionais que atendam às características e necessidades individuais de todos os estudantes. Nos anos 90, o aumento da imigração e do multiculturalismo acarretou em novas demandas que o sistema educacional precisou enfrentar. Como resultado, a incorporação acadêmica passou a ser enxergada como um movimento mais abrangente, que busca suprir todas as necessidades educacionais individuais, independentemente da origem cultural, étnica ou socioeconômica.

Palavras-chave: Características; Educação Especial; Sistema Educacional.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é oferecer reflexões sobre a integração escolar e a prática educacional, com a finalidade geral de adquirir informações pertinentes sobre a importância do papel dos professores na inclusão escolar. Os objetivos específicos são: identificar os desafios enfrentados pela educação inclusiva, compreender a relevância da capacitação dos docentes e refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino ao implementar a inclusão escolar.

O dilema abordado neste artigo procura demonstrar que a educação inclusiva é conceituada como um "conjunto de ações que visa facilitar o sucesso de todos os alunos no sistema educacional, em uma escola que seja e deva ser para todos" (ARNAIZ et al., 2007, p. 4). Acredita-se que atualmente o conceito de inclusão educacional não se restrinja apenas a grupos de indivíduos com deficiência ou imigrantes, mas também englobe questões de raça, etnia, classe social, aprendizado de idiomas, diversidade religiosa, gênero, diferentes ritmos de aprendizagem e interesses dos alunos. Portanto, é importante que as políticas de inclusão educacional considerem esses aspectos.

Conforme afirmado pela UNESCO (2017, p. 7): "o direito à educação não apenas implica facilitar o acesso a todos os grupos, mas também deve eliminar todas as barreiras e discriminações em qualquer área do sistema educacional".

A fundamentação teórica e a metodologia abordadas neste artigo baseiam-se em autores, leis e declarações que corroboram com o tema da inclusão e prática docente, como UNESCO (2017), Rosseto (2005), Vaillant (2009) e outros.

É indiscutível que todos somos distintos. Nas escolas, ocorreu uma mudança significativa, passando da homogeneidade nas salas de aula para a heterogeneidade, onde cada aluno apresenta características e necessidades diferentes dos colegas. Nesse sentido, é necessário abandonar a perspectiva de que a educação inclusiva se destina exclusivamente a um grupo específico de pessoas - os estudantes com deficiência - pois, na verdade, seu propósito é transformar os sistemas educacionais para que todos os alunos tenham oportunidades comparáveis e de qualidade para desenvolver plenamente sua personalidade.

Se desde cedo todos os cidadãos tivessem a oportunidade de conviver diariamente com pessoas que possuem lesões cerebrais, deficiência visual, deficiência auditiva, síndrome de Down, síndrome de Williams e outras condições, eles aprenderiam que a diversidade é comum. Seria considerado normal ter pessoas com síndrome de Turner, indivíduos surdos que não ouvem e crianças cegas que necessitam de mais tempo para ler um texto.

Conforme Ainscow (2012), uma escola inclusiva é aquela que valoriza o ensino e a aprendizagem, o desempenho, as atitudes e o bem-estar de todos os alunos. Embora o sistema educacional se baseie nos princípios de qualidade, equidade e igualdade de oportunidades, as escolas ainda enfrentam várias barreiras que precisam ser superadas para se tornarem verdadeiramente inclusivas.

Isso indica que é crucial que as políticas educacionais priorizem a formação dos

professores em relação à diversidade e à inclusão educacional. A educação inclusiva deve envolver um processo de educação e capacitação dos sistemas educacionais, das escolas e dos professores.

OS DESAFIOS DE SE TRABALHAR COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva tem feito avanços significativos em diversos aspectos ao longo de sua trajetória. No entanto, no Brasil, ainda há muitas instituições de ensino que mantêm práticas excludentes, segregadoras e conservadoras.

Essa situação contribui para a existência de muitas dificuldades na educação, resultando em um sistema educacional diferenciado e não igualitário, desde o ensino fundamental até as instituições de ensino superior. A inclusão educacional tem gerado incertezas e dúvidas entre os profissionais da educação há muitos anos, o que leva a estigmas e preconceitos que precisam ser superados pelos educadores comprometidos com o processo e que trabalham incansavelmente para promover avanços.

Os desafios da inclusão no país são numerosos, e os educadores precisam enfrentar diariamente uma série de questionamentos que colocam em dúvida o progresso alcançado até o momento. A inclusão é fundamentada na diversidade, mas frequentemente a sociedade estabelece um padrão normativo para o ser humano, o que dificulta ainda mais o processo.

É de extrema importância contar com uma legislação que garanta as condições necessárias para uma educação inclusiva, baseada nos direitos humanos. Para isso, é crucial reconhecer as barreiras existentes entre as teorias que promovem a educação inclusiva e a realidade presente nas escolas, e a partir dessas barreiras, desenvolver um ensino personalizado que se adapte à diversidade dos alunos. Para promover o desenvolvimento adequado da educação inclusiva, é necessário enfrentar os seguintes desafios:

Universalidade da escolarização: é essencial garantir que todos os alunos sejam escolarizados em um sistema que ofereça educação equitativa e de qualidade, abandonando a concepção de que apenas permitir o acesso à escolarização seja suficiente para assegurar o direito à educação.

Questionamento dos sistemas educacionais seletivos: é preciso eliminar os processos de exclusão que segregam os alunos com base em critérios sociais, de gênero, culturais, linguísticos, de capacidade, entre outros. É necessária uma mudança na estrutura e na organização do sistema educacional em direção a um sistema único e inclusivo.

Medidas pseudo-inclusivas: embora a legislação educacional defenda a qualidade, a equidade e a inclusão, na prática, existem situações que vão contra esses princípios, como a escolarização de alunos em centros de educação especial ou salas segregadas. É necessário acabar com práticas como itinerários educacionais desiguais, revalidações, provas de avaliação, repetição de ano e apoios externos.

Culturas escolares excludentes: a escola atual é permeada pela arbitrariedade cultural e pela violência simbólica, o que gera exclusão e perpetua diferenças e desigualdades. É preciso transformar a cultura escolar para que ela seja mais inclusiva e aceite outras culturas além da dominante.

Nos últimos tempos, a capacitação de professores para a inclusão educacional tem sido um tema prioritário em relatórios e discussões políticas. Existe um consenso de que a participação dos professores é essencial para a inclusão dos alunos na educação. Para isso, é necessário reconhecer a importância central do professor na educação e destacar que não é possível progredir sem aprimoramento.

No entanto, diversos fatores impedem que a escola se adapte às necessidades das crianças. Um desses fatores é a rigidez do currículo, que impede a adaptação curricular de acordo com as necessidades específicas de cada aluno. Para garantir uma educação inclusiva, é preciso comprometer todo o sistema educacional, alocar recursos específicos para programas de inclusão educacional e avaliar e monitorar esses programas.

A formação de professores para a inclusão educacional requer conhecimento e domínio de uma ampla variedade de estratégias didáticas que permitem ensinar de acordo com a metodologia mais apropriada para as condições de cada aluno. As abordagens pedagógicas mais adequadas para a inclusão educacional podem variar desde a alocação de mais tempo para cada aluno até a personalização do processo, levando em consideração os conhecimentos prévios das crianças e jovens.

Além disso, a formação de professores para a inclusão educacional exige habilidades para trabalhar em equipe e formar grupos multidisciplinares, a fim de promover a compreensão e a atenção integral à vulnerabilidade. É fundamental que a escola seja um ambiente inclusivo e propício para o acesso de pessoas autistas, utilizando abordagens metodológicas de acordo com as necessidades individuais de cada criança.

É importante ressaltar que a participação da família desempenha um papel importante, uma vez que muitas vezes a re-

jeição começa dentro do próprio lar. Santos (2008, p. 14) destaca que "O autismo não é muito comum e a maioria das pessoas não sabe nada sobre o assunto, o que faz com que os pais se sintam isolados e ignorantes em relação à condição e ao que realmente devem fazer".

É preciso levantar a discussão para o caminho percorrido pela educação brasileira para concretizar seu “projeto inclusivo”, que esbarrou em “equívocos conceituais e dificuldades na reorganização pedagógica”, os avanços da escola brasileira nessa direção têm acontecido de forma lenta, pois ainda há “muita resistência por parte das instituições à inclusão plena e incondicional, e isso ocorre por causa da inexperiência com a diferença” (MANTOAN, 2010, p. 13).

A educação no Brasil tem passado por transformações significativas ao longo dos últimos tempos. Nesse sentido, o Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial (MEC/SEESP, 2007) ressaltam que a busca global pela educação inclusiva é uma iniciativa política, cultural, social e pedagógica que visa garantir o direito de todos os estudantes estarem juntos, aprendendo e participando, sem qualquer forma de discriminação.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007, p.1)

Ao longo da história, a educação inclusiva tem sido caracterizada por práticas segregacionistas. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), aproximadamente 10% da população possui alguma forma de deficiência, o que corresponde a cerca de 15 milhões de indivíduos no Brasil, de acordo com o Censo do IBGE de 2000. Com o objetivo de aprimorar a elaboração de políticas públicas, em 2004, o Ministério da Educação (MEC) passou a delinear de forma mais precisa as diferentes categorias de deficiência. (BIAGGIO, 2009, p.21).

Um novo desafio se impõe à prática docente na contemporaneidade, o trabalho em equipe, pois “o professor sozinho não pode de forma isolada transformar um centro educacional em espaço inclusivo, mesmo que sua sala de aula seja um espaço inclusivo”, é necessário colaboração e articulação entre toda a comunidade escolar, especialmente da família (DIEZ, 2010, p. 21).

É evidente que a integração está se tornando cada vez mais frequente em nosso cotidiano. Portanto, é fundamental que a família e a escola trabalhem em conjunto para fornecer um apoio adequado ao estudante com autismo, com o objetivo de promover seu desenvolvimento completo e significativo.

A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

Se a inclusão é entendida como o oposto de qualquer forma de segregação ou separação de indivíduos, é importante questionar se o sistema educacional está realmente alcançando esse princípio de forma efetiva. Ao aplicar esse conceito para analisar como a diversidade é abordada na sala de aula, é comum observar que a perspectiva predominante é atribuir as dificuldades na escola ao déficit do aluno. Por outro lado, é menos comum que as instituições questionem por que estão falhando em educar determinados alunos.

Pierucci (1999) argumenta que é impossível afirmar que somos todos iguais, pois é evidente que somos diferentes uns dos outros. No entanto, a verdadeira novidade consiste em lutar para que todos tenham o direito de ser diferentes, sem que isso signifique ser tratado de forma desigual.

Para que isso aconteça, é necessário transformar o processo educativo e abandonar teorias que colocam exclusivamente o foco nos resultados, negligenciando as necessidades educacionais individuais de cada aluno. É crucial criar um ambiente educacional que permita que cada sujeito de aprendizagem desenvolva seu pleno potencial e tenha acesso a oportunidades igualitárias.

Os professores enfrentam diversos desafios ao lidar com a inclusão, incluindo:

Carência de conhecimento e capacitação adequada: muitos professores não possuem formação ou treinamento suficiente para lidar com as necessidades específicas de alunos com deficiência ou outras condições que requerem adaptações no processo de aprendizagem.

Carência de recursos e apoio: frequentemente, os professores não têm acesso aos recursos e aos apoios necessários para lidar com a inclusão, como materiais didáticos adaptados, equipamentos e tecnologias assistivas, ou até mesmo um auxiliar educacional.

Restrição de tempo: os professores já enfrentam uma carga de trabalho considerável e, muitas vezes, não dispõem de tempo suficiente para planejar e implementar adaptações e acomodações específicas para os alunos com necessidades especiais.

Falta de apoio dos pais e da comunidade: a inclusão requer a colaboração de todos os envolvidos, incluindo pais, comunidade e outros profissionais, e frequentemente essa colaboração não ocorre de maneira

adequada.

Barreiras arquitetônicas e ambientais: as escolas frequentemente não são adaptadas para atender às necessidades dos alunos com deficiência, gerando barreiras físicas e ambientais que dificultam a inclusão.

Rosseto (2005, p. 42) afirma que:

[...] a inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Essas circunstâncias da realidade nos levam a reconsiderar a estrutura das instituições educacionais e as abordagens pedagógicas na sala de aula, com o propósito de garantir a igualdade de qualidade educacional para todas as crianças, incluindo aquelas que enfrentam situações desfavoráveis, tais como crianças com incapacidades, crianças em situação de rua, crianças pertencentes a minorias étnicas e crianças que residem em regiões desfavorecidas ou marginalizadas.

Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também em uma outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas/ aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral (BELISÁRIO, 2005, p. 130).

A escola que busca inclusão almeja acolher todas as crianças e jovens, independentemente de suas circunstâncias físicas, cognitivas, sociais, emocionais, linguísticas, étnicas ou outras. Isso implica enfrentar o desafio de desenvolver uma pedagogia que seja capaz de educar com êxito todos os estudantes, levando em consideração suas distintas características e necessidades.

A Educação Inclusiva demanda transformações na abordagem das diversas características dos alunos e nas práticas educacionais, porém, acima de tudo, requer uma revisão das atitudes fundamentais em relação à educação e ao ensino daqueles alunos que foram excluídos ou marginalizados por uma variedade de razões.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A pedagogia especial é uma área da educação que se dedica a suprir as exigências educacionais de indivíduos com incapacidades, perturbações ou dificuldades de aprendizagem. O objetivo da pedagogia especial é assegurar a paridade de oportunidades educacionais e a inclusão dessas pessoas na sociedade.

A partir dos anos 1970, a pedagogia especial passou por uma transformação significativa, deixando de ser considerada uma forma de educação segregada e passando a ser parte integrante da educação inclusiva. A inclusão escolar é um processo que reconhece e valoriza a diversidade e as discrepâncias individuais, buscando garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Para promover a inclusão escolar, a pedagogia especial conta com uma equipe multidisciplinar composta por psicólogos, terapeutas fonoaudiólogos, pedagogos, entre outros, que trabalham em conjunto para atender às necessidades educacionais dos alunos. Esses profissionais realizam avaliações para identificar as exigências educacionais especiais dos alunos, desenvolvem planos e estratégias de ensino adaptados às suas necessidades e acompanham o processo de aprendizagem para garantir o progresso do aluno.

Uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar. E, por incrível que pareça, essa neutralização vem do próprio sistema educacional que se propõe a se modificar, que está investindo na inovação, nas reformas do ensino para melhorar a sua qualidade. Se o momento é o de enfrentar as mudanças provocadas pela inclusão escolar, logo distorcemos o sentido dessa inovação, até mesmo no discurso pedagógico, reduzindo-a a um grupo de alunos (no caso as pessoas com deficiência), e continuamos a excluir tantos outros alunos e mesmo a restringir a inserção daqueles com deficiência entre os que conseguem “acompanhar” as suas turmas escolares! (MONTOAN 2003, p.26)

A pedagogia especial também faz uso de recursos didáticos e tecnológicos que auxiliam no processo de aprendizagem desses estudantes, tais como materiais pedagógicos adaptados, softwares educativos e dispositivos de acessibilidade. Além disso, a pedagogia especial se preocupa em capacitar os profissionais da educação para atender de forma apropriada os alunos com exigências educacionais especiais.

No Brasil, a pedagogia especial é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (LDB), que estabelece que a pedagogia especial deve ser preferencialmente oferecida na rede regular de ensino, e que os estudantes com necessidades educacionais especiais têm direito a receber atendimento educacional especializado gratuito e complementar à educação regular.

É importante destacar que a pedagogia especial não se restringe apenas aos alunos com incapacidades físicas, sensoriais ou intelectuais. Ela também abrange alunos com dificuldades de aprendizagem, como dislexia e TDAH, e alunos em situação de vulnerabilidade social, como crianças em situação de rua ou em abrigos.

A inclusão escolar de estudantes com necessidades educacionais especiais ainda é um desafio a ser superado. É necessário promover uma mudança de mentalidade e sensibilizar a sociedade para valorizar a diversidade e garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Para isso, é essencial investir na formação de professores, em recursos pedagógicos e tecnológicos, e em políticas públicas que garantam o acesso e a permanência desses alunos na escola. A pedagogia especial é um direito e uma necessidade, que deve ser assegurado a todos os estudantes que necessitarem dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização de abordagens pedagógicas diversificadas e personalizadas, juntamente com a promoção dos processos de ensino e aprendizagem, são estratégias didáticas que têm como objetivo garantir a equidade e a participação justa de todos os alunos, independentemente de suas circunstâncias individuais. Essa abordagem está relacionada às cinco categorias de práticas inclusivas do ensino e reconhece a diversidade dos alunos dentro de uma comunidade escolar, demandando respostas didáticas por parte dos professores e adaptações às necessidades individuais dos alunos.

A diferenciação e a personalização têm como ponto de partida as necessidades dos alunos no contexto educacional. A diferenciação envolve a preparação de práticas pedagógicas inclusivas e variadas, em resposta às necessidades dos alunos, enquanto a concepção universal da aprendizagem é uma abordagem proativa que garante o acesso de todos os alunos, independentemente de suas necessidades.

Os objetivos da educação inclusiva abarcam uma ampla gama de possibilidades de realização, mas o caminho para alcançá-los requer modificações e a oferta de diferentes opções, considerando elementos como conteúdo, extensão, materiais e instrução. É fundamental compreender que o processo de construção ocorre por meio das relações afetivas e sociais, tanto no ambiente escolar quanto no familiar.

Apesar das transformações em andamento no Brasil em relação a tratamentos, intervenções e políticas públicas, ainda existem muitos desafios a serem superados pelos profissionais da educação no atendimento à criança e à família. A família desempenha um papel importante na rede de apoio, mas precisa receber capacitação para oferecer suporte e auxílio no tratamento. Nem sempre a relação entre familiares e profissionais é harmoniosa, e cabe aos profissionais propor estratégias para suavizar as dificuldades e convidar a família a enfrentar e superar juntos os desafios.

Em suma, é essencial unir esforços para transformar práticas e articular diferentes áreas de conhecimento com ações preventivas e políticas públicas, além de reorganizar os processos de trabalho para garantir um atendimento eficiente à criança com deficiência e envolver a família como parte da rede de apoio necessária para seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, M. (2012). Desenvolvimento de escolas inclusivas: ideias, propostas e experiências para melhorar as instituições escolares. Madri: Narcea. 2012. ARANAIZ, P. Luta contra a exclusão: boas práticas e sucesso escolar. Revista

Inovação Educacional, 21, 23-35. Disponível em: http://www.usc.es/revistas/index.php/ie/article/view/22/138. Acesso em 01 set. 2023.

BELISÁRIO, J. Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília:

MEC, SEESP. 2005.JG.

BIAGGIO, Rita de. A Inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas. Revista Criança do professor de educação infantil. MEC, Brasília-DF, 2007, P. 19-26.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf>. Acesso em 01 set. 2023.

BOURDIEU, P., & PASSERON J. Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Barcelona: Fontamara. 1996.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. BRASIL, 2007. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&c o_obra=84751>. Acesso em 02 set. 2023.

CUBERO, R.; MORENO, M. Relações

sociais nos anos escolares; família, escola, companheiros. In: COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs).

Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. DÍEZ, Anabel Moriña. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Tradução Grupo Solucion-SP. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p. 16-25.

MANCEBO, Maria Ester e Guadalupe Goyeneche. Políticas de inclusão educativa: entre a exclusão social e a inovação pedagógica. Documento apresentado na Mesa "Políticas de inclusão educativa" do IX Congresso da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República, Montevidéu, Uruguai, setembro de 2010. Disponível em: http://www.fcs.edu.uy/archivos/Table_12_y_17_Mancebo-Goyeneche .pdf. Acesso em 03 set. 2023.

MANTOAN, M. T. E. Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

_____. O Atendimento Educacional Especializado na educação inclusiva. Inclusão, Revista da Educação Especial. Brasília, 2010. Vol. 5, nº. 1, p.

12-15.

_____. A Integração de Pessoas com Deficiências. São Paulo:

Memnon, 1997.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?

São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em:

https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLAR-MariaTeresaEgl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907. Acesso em 24 set.2023.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Guia para garantir a inclusão e a equidade na educação. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0025/002595/259592s.pdf. Acesso em 03 set.

2023.

RAWLS , John. Teoria da justiça. México: Fundo de Cultura Econômica, 1971.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

SEN, Amartya. Capital humano e capacidade humana in Cadernos de

Economia n.29, 1998, pp. 67-72. Disponível

em http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/ceconomia/article/viewFile/11496/2079

1. Acesso em: 04 set. 2023.

SANTOS, Ana M. T. Autismo: Desafio Na Alfabetização e No Convívio Escolar. Disponível em < http://www.crda.com.br/tcc-doc/22.pdf>. Acesso em 2023.

(UNESCO) de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1997.

VAILLANT , Denise . Melhorando a formação e desenvolvimento profissional de professores na América Latina in Revista Pensamento Educacional, vol.41, n.2,

2007, pp.207-22. Disponível em:

http://pensamientoeducativo.uc.cl/files/journals/2/articles/424/public/424-941-1PB.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.